

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO A ELABORAÇÃO E EMISSÃO DE PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE NAS CONTAS DO CONSÓRCIO PCJ

Abril/2024

1 – DEFINIÇÃO DO CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.

O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí é uma associação de direito privado sem fins lucrativos composta por municípios e empresas, que tem como objetivo a recuperação dos mananciais de sua área de abrangência. A base do trabalho da entidade está na conscientização de todos os setores da sociedade sobre a problemática dos recursos hídricos da região, no planejamento e no fomento as ações de recuperação dos mananciais. Fundado em 13 de outubro de 1989, o Consórcio atua com independência técnica e financeira. A entidade arrecada e aplica recursos em programas ambientais.

A atuação da entidade está baseada em Programas cujas atividades a cada 2 anos são avaliadas pelo Conselho de Consorciados.

2 – INTRODUÇÃO

O Consórcio, conforme seu Estatuto tem a seguinte estrutura administrativa:

- **Conselho de Consorciados** = Órgão deliberativo, constituído pelos prefeitos dos municípios consorciados e pelos representantes das empresas consorciadas. Possui uma Diretoria formada pelo Presidente, seis Vice-Presidentes e sete Conselheiros.
- **Conselho Diretor** = Função de apoio ao Conselho de Consorciados, constituído por um Presidente, sete Vice-presidentes, seis Prefeitos Conselheiros e cinco Conselheiros representantes das empresas.
- **Conselho Fiscal** = Função de fiscalizador, constituído por 1 (um) representante de cada município consorciado e um suplente, indicado pela respectiva Câmara Municipal. Possui uma Diretoria formada pelo Presidente, dois Vice-Presidentes, dois Secretários e Consultor Técnico.
- **Secretaria Executiva** = Função executiva, constituído por um Secretário Executivo, um Subsecretário Executivo e pelo corpo técnico e administrativo.
- **Plenária de Entidades** = Função consultiva dos demais órgãos do Consórcio, é constituída por representantes credenciados de entidades civis, legalmente constituídas e sediadas nos municípios consorciados.
- **Conselho de Transição** = Órgão constituído para que não ocorra vacância nos cargos de Conselho Diretor, nos anos em que não houver transição de mandatos de prefeitos. Formado por representantes de empresas consorciadas e pela plenária de entidades.

3 – JUSTIFICATIVA

Como o Conselho Fiscal tem a função de fiscalizar as contas e contabilidade do Consórcio PCJ e, em sua grande maioria, os vereadores não possuem formação específica sobre as Ciências Contábeis, a Diretoria do Conselho Fiscal, solicitou a contratação de Auditoria Externa para embasar o Parecer emitido pelo Conselho Fiscal das contas da entidade. A contratação de tais serviços deverão ser contínua nas análises das contas anuais da entidade, desde que a entidade tenha capacidade financeira para o suporte da contratação.

4 – OBJETIVO

Contratação de empresa para prestação de serviços visando o acompanhamento da movimentação contábil, balancetes e balanços, elaboração e emissão de Parecer de Auditoria Independente sobre as contas e peças contábeis do Consórcio PCJ como um todo, aumentando assim o grau de confiança nas demonstrações financeiras por parte dos usuários através da expressão de opinião sobre as demonstrações contábeis elaboradas, em conformidade com a estrutura de relatórios financeiros exigida.

5 – ATIVIDADES

A CONTRATADA com base nas determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCE/SP deverá executar no mínimo as seguintes atividades:

- Checagem de documentos, livros e procedimentos relativos à documentação fiscal e contábil;
- Verificação de consistência e adequação da apresentação das demonstrações contábeis e notas explicativas;
- Verificação do controle de imobilizados;
- Revisão de Políticas e Procedimentos internos que impactam nas demonstrações contábeis;
- Confirmações externas;
- Preparação de papéis de trabalho que ficaram sob a responsabilidade da CONTRATADA que se compromete a preservar a confidencialidade das informações;
- Comunicar a CONTRATANTE eventuais fatos ou ocorrências que estejam em desacordo com a legislação contábil e fiscal vigentes;
- Propor à CONTRATANTE eventuais alterações nos procedimentos de aquisição, pagamentos, mecanismos de cobrança de inadimplentes e demonstrações contábeis que possam resultar na melhoria do processo;
- Emitir o Parecer da Auditoria Independente, até o final do mês de janeiro de 2025 para o exercício de 2024;
- Participar de reuniões para esclarecimentos do Conselho Fiscal e do Conselho de Consorciados do Consórcio PCJ, caso necessário.

6 – METODOLOGIA

A empresa irá propor a metodologia a ser utilizada que atenda a viabilização dos produtos exigidos.

1º passo: **avaliação** dos riscos, planejamento da auditoria;

2º passo: **desenvolvimento do trabalho**; planejamento aos riscos avaliados, execução dos trabalhos, realização de testes e redução de riscos a níveis aceitáveis;

3º passo: **finalização**, avaliação das informações obtidas; elaboração de propostas sobre procedimentos realizados, elaborar relatório de auditor independente baseado nas constatações obtidas.

Os serviços serão executados mediante as seguintes condições:

Após a apuração dos balancetes mensais realizados pela empresa de contabilidade responsável pelas contas da entidade, deverá a contratada executar as devidas verificações dos balancetes mensais, com base nos documentos fiscais/contábeis pertinentes.

Ao final de cada exercício após a escrituração e registros de livros fiscais, a CONTRATADA deverá realizar as devidas análises em atendimento à legislação vigente.

A contratada deverá disponibilizar toda documentação referente ao processo de auditoria, quando solicitada pelos órgãos interessados, assim como pelo CONTRATANTE.

A empresa deverá rigorosamente observar os prazos legais necessários para elaboração dos documentos.

A contratada poderá desenvolver os trabalhos nas dependências da contratante, com prévio agendamento, e os documentos deverão ser analisados in loco, com exceção dos encaminhados pela contratante via meio eletrônico. A extração de cópias, fotos, digitalização e outros, sujeitos a aprovação prévia da contratante.

7 – RELAÇÃO DOS PRODUTOS

A contratada emitirá relatórios mensais contendo todas as informações, sugestões e eventuais correções a serem feitas sobre os documentos contábeis e balancetes produzidos pela empresa de contabilidade relativas ao período analisado, num prazo de até 20 dias do mês subsequente.

Observação: independente dos relatórios descritos acima o Parecer da Auditoria Independente deverá ser entregue, conforme descrito no item 5 - atividades.

8 – EQUIPE DE TRABALHO

A empresa deverá possuir registro nos órgãos competentes sendo que o Auditor responsável pelo Parecer deverá estar devidamente registrado no respectivo órgão da categoria e inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), ou outro órgão equivalente reconhecido nacionalmente.

10 – PRAZOS

Os serviços serão executados de forma contínua pelo período de 12 meses, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

11 – FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em parcelas mensais e sucessivas, de acordo com a entrega dos produtos exigidos, devendo estar incluídas todas as despesas da contratada, num prazo de até 10 dias após a aprovação dos relatórios.

Americana, 24 de abril de 2024.

**SECRETARIA EXECUTIVA
CONSÓRCIO PCJ**

ANEXO I - PROPOSTA COMERCIAL

A empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede no município de, Estado de....., na Rua, nº, bairro, através deste documento encaminha sua Proposta Financeira referente à contratação de empresa especializada em auditoria independente, conforme Termo de Referência:

Serviço	Descrição	Valor Total (R\$)
01	Contratação de empresa para prestação de serviços visando o acompanhamento da movimentação contábil, balancetes e balanços, elaboração e emissão de Parecer de Auditoria Independente sobre as contas e peças contábeis do Consórcio PCJ como um todo, aumentando assim o grau de confiança nas demonstrações financeiras por parte dos usuários através da expressão de opinião sobre as demonstrações contábeis elaboradas, em conformidade com a estrutura de relatórios financeiros exigida.	
Valor por extenso:		

Notas:

- 1) Nos preços acima cotados estão inclusos todos os impostos e despesas da CONTRATADA com transporte, hospedagem e outras despesas para execução das atividades previstas no contrato;
- 2) Os valores apresentados são com base na data desta Proposta, não sofrerão reajustes, e deverão observar as determinações do respectivo Termo de Referência;
- 3) A assinatura desta Proposta Comercial implica a aceitação de todos os termos contidos no Termo de Referência que instruiu a contratação;
- 4) A validade desta Proposta Comercial é de 90 (noventa) dias a contar de sua entrega.

.....,.....de.....de 2024.

Assinatura - Representante/Responsável Legal

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Prazo de envio das Proposta Financeira: 07/05/2024

Dúvidas e Envio de Propostas (somente por e-mail): compras@agua.org.br

Documentação Necessária para Contratação (deverá ser apresentada somente pela empresa convocada a ser contratada):

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- d) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- e) Prova de regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (domicílio ou sede da empresa), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei;
- g) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, através de CND trabalhista;
- h) Declaração da contratada que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho na observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal;
- i) Dois atestados de capacidade técnica emitidas por empresas contratantes públicas ou privadas.